

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.031 - MS (2019/0167508-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : HARADIA MAIA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADOS : JEFERSON RIVAROLA ROCHA - MS010494
CRISTIANE FERREIRA DE AMORIM ROCHA - MS010191
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário com pedido liminar interposto por HARADIA MAIA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (HC n. 1405309-46.2019.8.12.000).

Depreende-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante (e-STJ fls. 16/17), tendo sido a prisão convertida em preventiva (e-STJ fls. 46/47), pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, V, ambos da Lei n. 11.343/2006, tendo em vista que (e-STJ fl. 46):

*[...] no dia 28/4/2019, por volta das 09h30min, no Aeroporto de Dourados/MS, agentes da Polícia Federal foram acionados por funcionários da empresa aérea Azul relatando que a bagagem da indiciada foi inspecionada por raio-X e que possivelmente estaria carregada com **tabletes de maconha, tendo sido, de fato, encontrados mais de 15 Kg** do referido entorpecente, cujo destino seria Vitória/ ES. (Grifei.)*

Impetrado *habeas corpus* na origem, os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça denegaram a ordem (e-STJ fls. 94/100).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 95):

"HABEAS CORPUS" – TRÁFICO DE DROGAS - GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS - INDÍCIO DE PERICULOSIDADE - REVOGAÇÃO POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP – IMPOSSIBILIDADE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES - INVIABILIDADE - ORDEM DENEGADA.

I – Presentes os motivos autorizadores (fumus commissi delicti – relativo à materialidade e indícios de autoria - e o periculum libertatis - risco à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal), bem como o requisito instrumental de admissibilidade (artigo 313, I, do Código de Processo Penal – delito abstratamente apenado a

mais de 04 quatro anos de reclusão), e não sendo recomendável a aplicação das medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal, denega-se ordem de habeas corpus que visa revogar prisão cautelar fundamentada em elementos concretos, extraídos dos autos, quando a acusação é pela prática de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei 11.343/06) 15,3kg (quinze quilogramas e três décimos de quilograma) de maconha que seriam levados de Dourados/MS até Vitória/ES, a paciente supostamente receberia R\$ 3.000,00 (três mil reais) para realizar tal função, fato que, em princípio, traduz forte indício de periculosidade da agente, bem como de dedicação ao tráfico, e pode ser considerado um dado concreto, a justificar a confirmação da custódia excepcional em razão do efetivo risco à garantia da ordem pública, a exigir do julgador maior prudência na análise, mesmo que as condições pessoais sejam favoráveis, pois estas, por si só, não garantem o direito de responder ao processo em liberdade quando presentes os requisitos que autorizam a segregação cautelar.

II – Ordem denegada.

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da medida constritiva.

Sustenta que, no caso, não se encontram presentes os requisitos exigidos pelos arts. 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal e ressalta que não há indícios de que a investigada irá praticar novo delito, fugirá ou tentará intimidar testemunhas.

Informa que a recorrente é primária, ostenta bons antecedentes e possui residência fixa, o que autoriza a revogação da custódia, com sua substituição por medidas cautelares alternativas.

Dessa forma, requer, liminarmente, a concessão da liberdade com a consequente expedição do alvará de soltura. No mérito, postula a confirmação da liminar para que a recorrente possa responder livre aos ulteriores termos do processo; alternativamente, pleiteia a aplicação de medidas diversas da prisão, nos moldes do disposto no art. 319 do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 102/113).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Notadamente, porque o Tribunal de Justiça manifestou-se no sentido de que (e-STJ fl. 98):

De acordo com o analisado, a prisão cautelar impugnada foi mantida com fundamentos consistentes, relativos à necessidade de garantia da ordem pública ademais a paciente, concorreu para o transporte, para fins de mercancia, de 15,3kg (quinze quilogramas e três décimos de quilograma) de maconha, que seriam levados da cidade de Dourados/MS até a cidade de Vitória/ES e por isso receberia a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

A grande quantidade de droga, que é considerada circunstância preponderante pelo artigo 42 da Lei n. 11.343/06, em princípio, traduz forte indício de periculosidade da agente, bem como de dedicação ao tráfico, e pode ser considerada um dado concreto, a justificar a confirmação da custódia excepcional em razão do efetivo risco à garantia da ordem pública, a exigir do julgador maior prudência na análise.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, para que este apresente futuras decisões acerca da situação da recorrente, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

